



**DESARQUIVANDO A DITADURA CIVIL-MILITAR EM OURO PRETO:
UMA HISTÓRIA POSSÍVEL A PARTIR DAS IMAGENS
FOTOGRAFICAS**

Sarah Moreira

Ao meu avô, Francisco (in memoriam) e a minha bisavó Maria (in memoriam), minhas estrelas guias resplandecentes. Com vocês, aprendi o valor da perseverança e do afeto como agentes transformadores do mundo. Também, a todos que acreditam no poder da memória e do futuro da democracia.

SUMÁRIO

PRÓLOGO 4

Capítulo 1 - Estrutura social e política de Ouro Preto na década de 60 7

Capítulo 2 - Tiradentes sob tutela e a construção da liberdade oficial no 21 de Abril 12

Capítulo 3 - Efervescência cultural em meio à repressão 20

Capítulo 4 - Living Theater e o “teatro morto atrás das grades” 26

Capítulo 5 - Resistência e vigilância entre estudantes e trabalhadores na cidade da memória 32

Capítulo 6 - Hércio Fortes 39

Capítulo 7 - Antônio Lana 45

EPÍLOGO 50

REFERÊNCIAS 53

PRÓLOGO

Tratar da ditadura civil-militar brasileira, mesmo que tenham se passado mais de 60 anos do golpe que a inaugurou e 40 anos da redemocratização que pôs fim a ela, é, por muitas vezes, lidar com fragmentos de relatórios, arquivos e imagens que, juntos, constroem um panorama, ainda que ínfimo, das violações políticas e aos direitos humanos que ocorreram durante o período. Essa fragmentação dos registros acerca do período reverbera na possibilidade das memórias do regime e de suas vítimas. Se, principalmente após a instalação da Comissão da Verdade (CNV), a rememoração da ditadura tem sido impulsionada, tal ímpeto continua sendo fruto de esforços pontuais e espaçados.

Esse cenário é mais latente no interior do país, que, apesar de ter recebido atuação dos agentes repressivos, até agora segue pouco incluído no processo de investigação e rememoração dos crimes ditatoriais. Diversos municípios interioranos ainda não visaram a promulgação de suas próprias comissões ou a instalação de monumentos como algo prioritário nas agendas políticas ou da sociedade civil.

Apesar dessas lacunas, alguns importantes esforços memorialísticos emergiram ao longo do tempo. Ressaltando aqueles que ocorreram em Ouro Preto, foi na própria CNV que isso se iniciou. Em dezembro de 2014, quando a Comissão publicou o seu relatório final, reconheceu oficialmente a ação da repressão no município, especialmente no Festival de Inverno de 1971, e também admitiu o assassinato pelo regime de dois ouro-pretanos: Hécio Pereira Fortes e Antônio Carlos Bicalho Lana, ambos atuantes na Ação Libertadora Nacional (ALN).

Em 2017, o estado de Minas Gerais também lançou o relatório final, oriundo da comissão estadual instaurada no ano de 2013. A Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) avançou nas investigações sobre a atuação do regime na cidade, principalmente em relação às cassações políticas e aos movimentos de resistência estudantil e dos trabalhadores.

Fruto dessa comissão, surgiu também o Grupo de Trabalho da Universidade Federal de Ouro Preto (GT UFOP), que voltou-se, principalmente, para entender os movimentos estudantis e a violação de direitos dentro do ambiente acadêmico. O grupo publicou o seu relatório final no mesmo ano que a Covemg. Dele, surgiu o livro “Histórias de Repressão e Luta na UFOP, Ouro Preto e Região”, lançado em 2018 pela Editora UFOP. Ademais, a Universidade continua sendo uma importante instituição de produções acadêmicas acerca do período. Uma delas é o projeto “A Ditadura em Minas Gerais”, que, coordenado por Leon Kaminski, da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), conta com colaboração de pesquisadores da UFOP, com atuação específica voltada à cidade.

Os arquivos desse projeto ou da própria instituição como um todo, assim como de outros órgãos governamentais municipais e estaduais, guardam importantes documentos, *clippings* de jornais e um acervo iconográfico, fundamentais para entender a atuação do regime repressivo.

Outros importantes movimentos de rememoração ocorreram por iniciativa da sociedade civil. Também em 2017, o livro *Hélcio* foi publicado pela Usina do Livro, resgatando a memória de Hélcio Fortes, vítima da ditadura. A obra foi organizada por seu irmão Délcio Pereira Fortes e com a contribuição de amigos e familiares. Uma rua no bairro Lagoa, em Belo Horizonte, e outra no bairro Paciência, no Rio de Janeiro, também foram batizadas em homenagem a ele.

Este livro, querendo somar-se a tudo isso para contar a história da cidade durante o período da ditadura civil-militar, parte de garimpos feitos em repositórios públicos, sobretudo no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP) e no acervo digital do Arquivo Público Mineiro (APM), além de no material digitalizado da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que estão no Arquivo Nacional. Com documentos de outras ordens, esses arquivos preservam diversos registros fotográficos, especialmente de imagens realizadas no município, veiculadas majoritariamente em jornais. São a partir delas que a presente obra se constrói a fim de vislumbrar como

elas podem ajudar a elucidar a atuação do regime autoritário na cidade e a resistência a ele encampada. Além das fotos, baseia-se na leitura de jornais, pesquisas e relatórios e na escuta de testemunhos de moradores.

Mirar as fotografias, contextualizadas pelas demais matérias-primas deste livro, é necessário para inscrevê-las como uma parte importante do quebra-cabeça memorialístico da ditadura em Ouro Preto e no país. Olhar para esses registros ensina-nos a não esquecer de nunca esquecer.

CAPÍTULO I

ESTRUTURA SOCIAL E POLÍTICA DE OURO PRETO NA DÉCADA DE 60



Vista parcial da cidade no natal de 1968. Fonte: Ferber/ Arquivo Público Mineiro.

Durante a década de 1960, o município de Ouro Preto passava pelo processo do aumento da sua malha urbana, que havia iniciado nos anos de 1950, expandindo as áreas urbanas para regiões periféricas ao centro histórico. Essa rápida escalada na urbanização se deu, especialmente, pela chegada da corrida do alumínio na cidade, seguida pela instalação da empresa Aluminium Limited (Alcan) em 1950. No final da década de 1980, a Alcan era responsável, segundo dados coletados pela própria empresa, por empregar um terço da população de Ouro Preto, direta ou indiretamente, e constituía 75% da arrecadação total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

Impulsionado por essa atuação, no período de 1950 a 1969, a cidade teve seu perímetro urbano expandido de 115 hectares para 246 hectares, crescendo em 114%, em 20 anos. A população do município na década de 1960 tinha em torno de 33 mil habitantes (em comparação aos 77.914 cidadãos, atualmente), sendo 51,3% homens e 48,7% mulheres. A cidade enfrentava problemas como discrepâncias nos níveis de alfabetização de homens, pouca adesão às instituições de ensinos de nível médio e superior, baixa iluminação elétrica residencial e instalações sanitárias. Esse panorama indicava que a população ainda não desfrutava de um ambiente próspero.

A estrutura política do município era orientada não somente por posições ideológicas e partidárias, mas amplamente impactada pelas relações interpessoais estabelecidas, capazes de formar alianças e arranjos incomuns. A Câmara de Vereadores era constituída por 13 vereadores (apenas dois a menos que hoje), usualmente composta por políticos fortemente vinculados a bairros ou distritos do município. No período, havia 11.539 eleitores ativos no território (em relação aos atuais 64.522 eleitores). Até o golpe militar, entre 1954 e 1964, os três principais partidos que atuavam em Ouro Preto eram a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social-Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Partido Republicano (PR) também estava presente, ganhando mais forças no estado de Minas Gerais e na cidade ao longo do tempo.



Faixa estendida em via pública para receber a comitiva do programa de obras rodoviárias do governo Costa e Silva em Minas Gerais, no ano de 1967.

Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Assim como no resto do país, com o golpe (e mesmo antes dele), formou-se na cidade uma rede em prol da ditadura civil-militar, com a participação de diversos cidadãos, a fim de “expulsar” o comunismo. O sentimento alimentado por tais grupos também era fortalecido pela guinada conservadora, com contornos próprios na sociedade ouro-pretana, pela estrutura escravista que imperou no local por séculos.

Inclusive, o município de Ouro Preto contava com uma sede da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundado por Plínio Correia de Oliveira, em 1960, uma associação civil católica criada com o intuito de proteger o país da ameaça comunista, com sedes em diversos locais do país.

Se por um lado, parte da sociedade ouro-pretana apoiava o golpe, manifestações de repúdio ao ato, feitas por meio de pichações nas calçadas, em que lia-se frases como “Justiça social e paz”, “Abaixo os gorilas” e “Legalidade com Jango”, apareceram na manhã do dia 1 de abril de 1964.

Mas parecia haver, de fato, uma maior tendência de apoio à auto-intitulada “Revolução de 1964”, que deu o tom à cidade na fase inicial do regime autoritário. A foto, sem autoria conhecida, que retrata uma via pública de Ouro Preto, próxima a uma igreja na qual se vê a faixa estendida no centro da cidade saudando membros do governo Costa e Silva, evidencia essa abertura e apreço pela presença de figuras tidas como importantes da ditadura, já nos primeiros anos pós-golpe. A imagem revela ainda que os cidadãos tidos como “comuns” não estavam alheios ao “processo revolucionário”, constituindo apoio à sustentação do regime.

Na esfera político-partidária, o apoio local também se configurou. Logo após a deposição de João Goulart, vereadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) haviam sido detidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) ou ficaram foragidos, por serem considerados “elementos subversivos”. Após a cassação de alguns deputados estaduais mineiros, como Clodesmidt Riani (PTB), José Gomes Pimenta (Dazinho) (PDC) e Sinval de Oliveira Bambirra (PTB), sendo os primeiros cassados no país, os vereadores ouro-pretanos preocuparam-se em apoiar irrestritamente a “Revolução”, a fim de não sofrer as mesmas retaliações. Em uma sessão extraordinária realizada no dia 17 de abril de 1964, o vereador Vicente Ellena Tropia (PSD) sugeriu a concessão do título de cidadão honorário do município para Castelo Branco, primeiro presidente-ditador do regime, ao general Olímpio Mourão Filho e ao general Carlos Luís Guedes, incitadores das

ações do golpe, ao coronel José Geraldo de Oliveira e a Dom Oscar de Oliveira, sob a justificativa da sua imperiosa atuação para o movimento militar que acontecia no país.

Em outra sessão extraordinária, realizada no fim do mês de abril, feita de forma confidencial, afastando os possíveis olhares do público, houve o requerimento da cassação de todos os vereadores do PTB da Câmara de Ouro Preto: Aderilho Fernandes, Antônio Cardoso Rori, Júlio José Armando Fuertes Árias (também conhecido por Júlio Fortes), Kirki Jerônimo e Sebastião Francisco. Apesar do projeto ser aprovado, não foi ratificado devido a contestação daqueles que foram cassados. O caso foi encaminhado para o judiciário e, em 8 de junho de 1965, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), unanimemente, aceitou a concessão do mandado de segurança aos vereadores, que voltaram a atuar na Câmara.

CAPÍTULO II

TIRADENTES SOB TUTELA E A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE OFICIAL NO 21 DE ABRIL



Membros do Governo mineiro na Praça Tiradentes, na celebração de 21 de abril. Era costume colocar uma coroa de flores aos pés da estátua a fim de relembrar o mártir dos ex-alferes e os ideais representados. Fonte: Diário de Minas/Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

Era entre bandeiras, militares fardados e piras de fogo, tudo enfileirado diante do Museu da Inconfidência, que Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes, deixava de ser preterido pela pátria e se tornava, mais uma vez, símbolo austero de justiça e liberdade. Rondon Pacheco, o então governador de Minas Gerais, eleito indiretamente naquele ano após atuar como Chefe da Casa Civil da Presidência e ministro-chefe do gabinete de Costa e Silva, assumiu em seu discurso, nas comemorações de 21 de abril de 1971 que “o ideal de Tiradentes está acesso na história de Minas ao longo do tempo” e que “os ideais de 89 ainda são os nossos! A liberdade de todos os cidadãos em uma sociedade justa”. Enquanto o Fogo Simbólico da Pátria trepidava aos pés da estátua de Tiradentes, acendido ao longo dos anos de chumbo por diversas figuras do alto escalão do governo, o ex-alferes se tornava, novamente, uma importante simbologia do patriotismo do projeto político da ditadura.

A imagem desse acontecimento, divulgada nas páginas impressas do jornal Diário de Minas, no dia 22 de abril de 1971, é acompanhada da legenda “O Gôverno mineiro estêve presente em Ouro Preto”. Nada é dito sobre como aquela fotografia, apesar de parecer um registro comum de comemorações cívicas, evidencia de forma singela certos pilares da construção ideológica da ditadura: a exarbação do sentimento nacionalista e a centralidade das figuras políticas e militares como salvadores da pátria.



O prefeito de Belo Horizonte, Osvaldo Pieruccetti, acende a pira com o Fogo Simbólico da Pátria, em 21 de abril de 1971. Ao fundo, é possível observar os membros dos regimentos que levavam o fogo durante o percurso.

Fonte: O Globo/Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

A primeira vez que o personagem Tiradentes foi elevado de figura esquecida ao status de herói da pátria foi durante a Proclamação da República. A exaltação à sua figura, na instituição do feriado nacional em comemoração ao mártir, um ano após a proclamação, visava demarcar o orgulho nacional, idealismo e heroísmo que se alinhavam aos ideais republicanos. Na mesma época, houve uma produção artística e propagandística extensa que celebrava esses ideais, principalmente ao retratar Tiradentes de forma messiânica.

A ditadura foi um outro grande momento no qual a figura do mártir mineiro foi reerguida para um lugar de notoriedade, transfigurando a luta de Tiradentes contra a Coroa Portuguesa e tornando-a simbólica da disputa contra o comunismo. O suposto patriotismo ditatorial buscava elevar figuras brasileiras e enraizar o sentimento patriota e nacionalista, mas também exaltar suas raízes militares, já que havia ocupado a posição de alferes.

Desse modo, a celebração do feriado de Tiradentes se tornou um importante palco de renovações anuais da propaganda patriota estatal durante o regime ditatorial. Em 1965, um ano após o golpe militar, Tiradentes se tornou Patrono Cívico da Nação Brasileira e das Polícias Militares do país. Com isso, os eventos da Inconfidência Mineira e da “Revolução de 1964” eram associados, além de renovar os votos de um suposto passado de glória e liberdade, que se reconstruiu por um esforço nobre dos militares e era relembrado durante os eventos oficiais.

Ouro Preto, como palco anual desse evento, se tornou também o espaço ápice da celebração de 21 de abril para o governo estadual e federal. Não raramente, as celebrações se iniciavam em Belo Horizonte, com o hasteamento das bandeiras do estado e do Brasil, na frente do Palácio dos Despachos. Enquanto isso, o Fogo Simbólico da Pátria era levado, por revezamento, entre Tiradentes e Ouro Preto, por membros dos regimentos e das escolas de cadetes das cidades incluídas em seus trajetos, em uma cerimônia instaurada em 1961. Com esse fogo, as piras olímpicas, localizadas sob olhar da imponente estátua de Tiradentes, eram acendidas pelos membros do governo. Depois, as centelhas do fogo eram distribuídas para os batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais.

Essa renovação de votos encontrava um dos seus momentos culminantes no acendimento do Fogo Simbólico da Pátria. Em 1971, a cerimônia presidida por Osvaldo Pieruceti, que tornou-se prefeito da capital mineira a designo do governador Rondon Pacheco, foi registrada e divulgada nas páginas do jornal O Globo. Essa pira, acendida em honra ao mártir Tiradentes, manifestava, novamente, o desejo do governo ditatorial, de conectar os esforços pela liberdade “Revolução de 1964” com aqueles da Inconfidência Mineira. Espalhar as centelhas provenientes dele era mais um meio de afirmar a ideia de que, assim como Tiradentes havia incentivado a liberdade da colônia perante o governo português, os militares também haviam libertado o Brasil da suposta ameaça comunista.



O vice-governador, Celso Machado, caminha entre os militares enfileirados e as bandeiras hasteadas, nas celebrações de 21 de abril de 1971, na Praça Tiradentes.

Fonte: Estado de Minas/Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

No discurso da cerimônia de 1971, o governador Rondon Pacheco, afirmava que “o comprometimento com a liberdade e o trabalho, que renovo agora, é a prova de que não sofreram em vão”.

A presença exacerbante de militares em várias imagens das celebrações do dia 21 de abril elucida para quem os interesses do regime realmente serviam. Ainda que o golpe tenha sido realizado em nome da liberdade da pátria brasileira, eram os militares que ocupavam os lugares de destaques nas cerimônias cívicas e, ademais, no dia a dia da operação e manutenção do regime.



O Secretário de Estado de Governador, Abílio Machado Filho, hasteando a bandeira de Minas Gerais, na cerimônia de celebração do Dia de Tiradentes, em 1971, diante do Palácio dos Despachos. Fonte: Diário de Minas/Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

Além disso, na data, a cerimônia de entrega da Medalha da Inconfidência, a mais alta honraria do governo estadual de Minas Gerais, era realizada. Criada pelo governo Juscelino Kubistchek em 1952, a medalha gravada com o lema da bandeira de Minas Gerais “Liberta quae sera tamem” (Liberdade ainda que tardia) é até hoje entregue anualmente para personalidades que contribuem para o prestígio do estado mineiro. A condecoração, sob o governo da ditadura, se tornou mais um modo de reafirmação dos ideais nacionalistas e de evidenciar quem havia, na concepção do regime ditatorial, lutado bravamente contra a ameaça do comunismo para garantir a liberdade do povo brasileiro. Como retratado na imagem, já nos primeiros do regime, em 1967, o então presidente-general Artur da Costa e Silva, foi agraciado com a mais alta honraria, o Colar da

da Inconfidência, na presença de diversos ministros de seu governo, incluindo o então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o futuro terceiro presidente-ditador do regime, Emílio Garrastazu Médici.

O então governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, discursou durante a condecoração. Nos anos iniciais do regime, o governador era candidato da oposição e motivou a criação do Ato Institucional n.º 2 (AI-2), que cassou mandatos e tornou a eleição dos governadores e presidente indireta. Entretanto, para sobreviver politicamente, após a instituição do AI-2, filiou-se ao partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o regime autoritário.



O governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, discursa durante a condecoração do presidente Marechal Costa e Silva com o Colar da Inconfidência, a mais alta honraria da Medalha da Inconfidência, em solenidade realizada no Museu da Inconfidência.

Fonte: Fotógrafo Góes/Arquivo Público Mineiro.

Para finalizar as cerimônias, as luzes e holofotes de toda a cidade eram apagados, enquanto a banda de música da Companhia de Guardas Governamental executava o toque do silêncio do Palácio dos Governadores, atualmente o prédio do Museu da Escola de Minas. Por fim, ao som do Hino Nacional, eram hasteadas as bandeiras do Brasil e de Minas Gerais.

CAPÍTULO III

EFERVESCÊNCIA CULTURAL EM MEIO À REPRESSÃO



Jovens na praça Tiradentes, em 1971.

Fonte: Estado de Minas/Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

Apesar ou justamente por causa do constante clima de vigilância e repressão que pairava sobre o município, Ouro Preto se tornou um importante local de resistência cultural. Desde a década de 1930, o município de Ouro Preto estava sendo impulsionado como destino turístico, em especial devido às suas paisagens montanhosas, arquitetura barroca e a memória da Inconfidência Mineira, simbolizada na figura de Tiradentes. Essa atmosfera reforçava o enaltecimento de uma ideia superior de civilização, assentada na construção/resgate da brasilidade, perdida no valoroso passado colonial.

Esse reconhecimento foi incentivado já no começo do século XX, com a ida dos modernistas à cidade. A jornada dos escritores Mário de Andrade e Oswald de Andrade, da pintora Tarsila do Amaral e do poeta francês Blaise Cendrars, durante a excursão que ficou conhecida como “Viagem de Redescoberta do Brasil”, ajudou a reconstruir conceito de entidade nacional, firmada na arte histórica, mas projetando-se para o futuro. Assim, o local se tornou um dos exemplos nacionais para pensar a cultura brasileira. A estadia dos artistas na histórica cidade mineira foi de suma importância para transformá-la em um Monumento Nacional, em 1933, sendo a primeira cidade brasileira a receber tal título.

A cidade recebeu seu tombamento integral, em 1938, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Além disso, durante o governo Vargas, o Panteão dos Inconfidentes foi inaugurado, em 1942, na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, após o governo pedir que os restos mortais dos inconfidentes fossem trasladados do seus locais de exílio na África para o Brasil. O Museu da Inconfidência, local que abriga o panteão, foi aberto oficialmente em 1944. Esse destaque promovido a Ouro Preto, durante a Era Vargas, visava apontar uma localidade capaz de refletir os pilares da identidade nacional varguista. Sendo assim, a cidade era símbolo de uma arquitetura e paisagens verdadeiramente brasileiras, tornando-se uma referência para uma nação em construção. Por isso, houve um aumento do fomento do turismo para a cidade.

Essa noção de Ouro Preto como uma primorosa cidade-modelo da identidade nacional foi continuada durante a ditadura civil-militar. Como anteriormente, continuava-se a elaborar a bandeira identitária do país, tendo como um dos pilares o patrimônio, incentivando, assim, o turismo para cidades com esse foco preservacionista que se desenvolvia localmente pelo menos desde os anos de 1930. Entretanto, havia uma exploração comercial da cultura, que, por vezes, ia de encontro à preservação patrimonial ou ao ritmo de crescimento socioeconômico do município.

A realização anual do Festival de Inverno de Ouro Preto, organizado inicialmente pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir de 1967, também fortaleceu a imagem da cidade como destino turístico. O Festival contava com uma extensa programação de cursos, apresentações de corais, teatros e exposições com inscrições abertas ao público, realizadas por meio de cartas. Sua criação, feita às vésperas dos chamados anos de chumbo, isto é, do auge da censura, repressão e violência, um ano antes da promulgação do Ato Institucional n.º 5, se tornou uma possibilidade de expansão para produção artística de resistência e para a vanguarda mineira, incentivando práticas de experimentações que, diretamente políticas ou não, reverberavam a noção de liberdade.

Esse novo fluxo de arte, bem como dos visitantes que vinham por ele, auxiliou na chegada de práticas e pensamentos distintos ligados à política. A ocorrência do evento anualmente criava um clima, ainda que momentâneo, de liberdade, diante do cotidiano repressivo. Os jovens, que representavam grande parte do público do Festival, eram aqueles que propiciavam e desfrutavam desse espírito, a despeito do fato de que esse “livre-arbítrio” fosse constantemente vigiado por viaturas do DOPS, estacionadas em lugares estratégicos para patrulhamento.

O Jornal do Brasil, em 1971, também publicou uma extensa reportagem, feita por Paulo Grisolli e com fotos de Rubens Barbosa, sobre as atrações da cidade, intitulando-a como uma “cidade-museu” e enfatizando o Festival de Inverno e o fluxo turístico proveniente do festival. Na reportagem, em uma das fotos veiculadas, está um carro do DOPS, com a legenda “A Polícia

e os jovens, na Praça Tiradentes". Esses jovens, que participavam do Festival, aparecem descritos de modo pejorativo, devido às afiliações a práticas artísticas não conservadoras, sendo tratados como "queixosos" da repressão policial e como compulsivos para se mostrarem como "cidadãos de primeira classe". O policiamento extensivo é ressaltado, com a ação da Brigada do Vício, e com o "medo" que esses participantes sentiram, pela possível presença de cães farejadores de entorpecentes.

As imagens de Rubens Barbosa evidenciam o contraste entre o sentimento de liberdade proporcionado pelo Festival e o constante clima de vigilância, revelado pelos carros do DOPS retratados. Esse patrulhamento exacerbado visava, justamente, legitimar as promessas da chamada "segurança nacional", defendidas pelos militares. Tais práticas foram fundamentadas em leis promulgadas desde o início do período ditatorial, como o Ato Institucional n.º 1, que consolidou a censura política e a perseguição aos opositores do regime, em nome da segurança nacional e da defesa da pátria brasileira.

Em justaposição, as fotografias dos jovens no Festival de Inverno, associadas aos seus depoimentos, retratam diretamente uma parcela da população que deveria ser monitorada por sua suposta "subversividade". A presença do DOPS indica quem era considerado possível inimigo do regime e, conseqüentemente, a necessidade do recrudescimento da vigilância e da perseguição.



Carro do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) estacionado na Praça Tiradentes, durante o Festival de Inverno. Fonte: Rubens Barbosa/ Jornal do Brasil/ Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

Apesar dos comentários ácidos contra os jovens, nessa foto e na matéria a que pertence, há, de certa forma, pequenas aberturas para entender as ações de repressão do regime, durante o Festival. Um dos entrevistados pelo enviado especial, Paulo Grisoli, ressalta que havia sido preso dias antes e que era perigoso ser jovem em Ouro Preto. Era nessa contradição entre a exaltação da cidade como um modelo turístico das virtudes brasileiras, incentivado pelo próprio regime, e a repressão às ações, também turísticas, consideradas “subversivas”, que Ouro Preto vivia.



*Jovens na Praça Tiradentes durante o Festival Inverno de Ouro Preto.
Fonte: Rubens Barbosa/ Jornal do Brasil/ Arquivo Público Municipal de Ouro
Preto.*

CAPÍTULO IV

LIVING THEATRE E O “TEATRO MORTO ATRÁS DAS GRADES”



Julian Beck na cela do DOPS de Belo Horizonte.

Fonte: Diário de Minas/ Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

Foi durante a quinta edição do Festival de Inverno de Ouro Preto, em 1971, que o caso mais emblemático e publicizado da ação do regime repressivo na região ocorreu: a prisão dos membros do Living Theatre. O jornal Diário de Minas publicou uma matéria, logo após a prisão dos integrantes do grupo teatral, com o título “Julian Beck, o teatro morto atrás das grades”. Uma fotografia do ator, co-fundador do grupo, segurando as grades da cela no DOPS, ilustra a publicação.

O Living Theatre foi um grupo de teatro *off-broadway*, criado em 1947 em Nova Iorque, nos Estados Unidos, pela atriz, escritora e diretora americana-alemã Judith Malina e seu parceiro, o pintor, poeta, ator e diretor americano Julian Beck.

Desde a sua fundação, o grupo se posicionava como vanguardista, com seus membros atuando como artistas militantes que se aproximavam da população para fomentar a quebra de paradigmas por meio da arte. Suas práticas, da vivência até a criação de peças, eram feitas de forma coletiva, sem hierarquias, aspirando uma sociedade sem divisões de classes.

Antes da chegada ao Brasil, o coletivo realizou diversas apresentações nos Estados Unidos e na Europa. Em 1963, após terem seu teatro fechado pela Receita Federal do seu país de origem, se auto-exilaram na Europa, onde foram bem recepcionados por representar a arte do “teatro contestatório” e começaram a viver de forma itinerante. Em 1968, após apresentações da peça *Paradise Now*, no Festival de Avignon, na França, o coletivo foi expulso da cidade, devido a reações de grupos mais conservadores. Antes do retorno aos EUA, realizaram uma última apresentação em território europeu, dessa vez, na Universidade de Roma, ocupada por estudantes na época, o que levou, também, à sua expulsão da Itália.

É somente em 1970, durante os anos de chumbo, que o grupo chega em São Paulo, graças ao convite feito pelos membros do Teatro Oficina. A vinda dos fundadores do Living Theatre e de mais sete integrantes é motivada por relatos da repressão no país. Eles queriam apoiar a luta pela liberdade promovida pelos artistas brasileiros. Em um primeiro momento, realizaram uma parceria com o Oficina, mas que não foi levada adiante devido a desavenças entre os dois coletivos. Em dezembro do mesmo ano, os atores estrangeiros viajaram para conhecer Ouro Preto.

Em janeiro de 1971, o grupo instalou-se definitivamente na cidade e realizou alguns trabalhos para se conectar com a população ouro-pretana. Após uma apresentação realizada no Dia das Mães, no bairro Saramenha, diz-se que o grupo foi denunciado por um padre, que teria alegado que as crianças participantes estariam performando “cenas obscenas”. Essa suposta denúncia seria o marco inicial da perseguição ao Living Theatre.

Enquanto isso, o coletivo continuava as tentativas de negociação para

participar do Festival de Inverno, que eram continuamente frustradas sob alegações de falta de verba, mas que, na realidade, refletia uma autocensura do evento para não se indispor com as autoridades locais. Apesar disso, o grupo continuava a trabalhar em sua peça *O legado de Caim* a fim de apresentá-la no Festival de Inverno de 1971. A exibição nunca ocorreu.

No dia da abertura do Festival, no dia 1 de junho de 1971, a casa onde os integrantes residiam na rua Pandiá Calógeras, na sede do município, foi invadida por agentes do DOPS após outra suposta denúncia, sob a alegação, de drogas. 21 membros do coletivo foram presos e vários, torturados. No dia seguinte, alguns membros, incluindo os fundadores, foram liberados com autuação, precisando deixar suas impressões digitais registradas.

Logo, Judith, Julian e outros integrantes foram presos novamente, acusados de “crimes subversivos”. O casal foi levado primeiramente à Cadeia de Ouro Preto e depois à sede do DOPS, em Belo Horizonte, e interrogados sobre a posse de livros de Karl Marx e Mao Tsé Tung, então considerados “perigosos”, além de uma sacola com uma grande quantidade de maconha, que teria sido desenterrada dos fundos da casa onde residiam. No dia 6 de junho, foi decretada a prisão preventiva do grupo, até o julgamento pelo Juiz de Direito da Comarca de Ouro Preto.

O julgamento foi iniciado no dia 26 de julho e dez membros do coletivo receberam o *habeas corpus*, exceto seus fundadores e outros três membros, James Anderson, Pamela Badik e Sérgio Godinho. Nesse momento, o caso já ganhava grande notoriedade internacional, mobilizando protestos nos Estados Unidos e na Europa, em prol da libertação do grupo. Em julho, um manifesto internacional foi realizado, assinado por 120 personalidades, entre artistas, políticos e escritores, entre eles John Lennon, Yoko Ono, Michel Foucault e Bob Dylan. A partir disso, o American Committee for the Defense of the Living Theatre (Comitê Americano para a Defesa do Living Theatre, em tradução livre) foi criado.

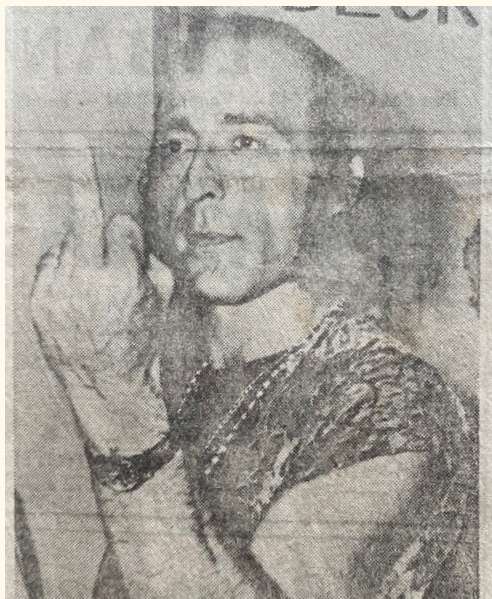


Imagem dos membros presos do Living Theatre, veiculada na reportagem do *Diário da Tarde*, intitulada "Decisão do presidente: Living Theatre, go home".

Fonte: *Diário da Tarde*/ Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

Em agosto de 1971, o presidente-general Emílio Garrastazu Médici assinou o decreto de expulsão dos integrantes estrangeiros do coletivo do país, respondendo ao pedido do Ministro da Justiça, que alegava as práticas do grupo como motivadas por uma campanha vexatória contra o Brasil. O *Diário da Tarde* publicou uma notícia sobre a expulsão do grupo, no dia 28 de agosto de 1971, sob o título *Decisão do presidente: Living Theatre, go home*, acompanhada de fotos do dia que souberam

de sua expulsão do país. O processo de julgamento continuou, com todos os integrantes sendo absolvidos em outubro de 1972, devido à falta de provas concretas dos crimes pelos quais haviam sido denunciados.



Julian Beck nas dependências do DOPS. A imagem foi veiculada na notícia do jornal Diário da Tarde intitulada "Hippies prêsos na festa da bolinha e da maconha em Ouro Preto". Fonte: Diário da Tarde/Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.



Mary Knab, uma das integrantes detidas do Living Theatre, na cela do DOPS. A matéria do Estado de Minas descreve a foto como "Mary Knab, do Living Theatre: uma pôse no DOPS". Fonte: Estado de Minas/Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

Durante todo o tempo em que estiveram no Brasil, apesar da perseguição política que sofreram, os integrantes do Living seguiram fiéis à ideia de auxiliar os artistas brasileiros a denunciarem as transgressões que aconteciam no país. Assim, a presença de repórteres para registrar imagens da prisão no DOPS era utilizada como meio de performar artisticamente uma denúncia. As imagens de Julian Beck mostrando o dedo (talvez a alguém no extracampo, para onde mira) ou de Mary Knab posando elegantemente sentada diante de grades da prisão são demonstrações disso.

Ao deslocar a percepção desse gesto para o tempo presente torna-se evidente como esse movimento de apropriação dos espaços de repressão se consolidou como um importante meio de denúncia, rememoração e reivindicação por justiça. E fazem lembrar que esses espaços já eram à época e hoje podem continuar sendo locais de memória. Destaca-se, nesse contexto, a atual ocupação do antigo prédio do DOPS/MG, local onde os membros do Living Theatre permaneceram presos, que busca viabilizar a reabertura do espaço como o Memorial dos Direitos Humanos Casa da Liberdade, em homenagem às vítimas da ditadura civil-militar. Nas visitas realizadas no espaço, conduzida por voluntários, a menção à detenção do grupo é mencionada.

RESISTÊNCIA E VIGILÂNCIA ENTRE ESTUDANTES E TRABALHADORES NA CIDADE DA MEMÓRIA

Desde o dia do golpe, alguns estudantes de Ouro Preto se mobilizaram para organizar movimentos de resistência contra o regime imposto, se consolidando como um polo estudantil de resistência efervescente no estado mineiro, sendo um ambiente abundante e prolífico para manifestações e debates políticos e culturais. Assim, instaurou-se uma rede organizada de resistência estudantil, tanto nos movimentos universitários, quanto nos movimentos secundaristas.

Dentro do contexto universitário, a atuação de resistência dos estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) esteve no centro dos movimentos de denúncia ao regime autoritário. As repúblicas estudantis tornaram-se importantes centros para conscientização e mobilização política de seus estudantes. Durante o período ditatorial, existiam 73 repúblicas estudantis no município. Ainda que, muitas vezes, perpetuassem um ambiente hostil para os seus moradores, devido a práticas de tradições baseadas em situações com intenção vexatória, as repúblicas também se apresentavam como um importante meio para a disseminação da propaganda política, por meio da intensificação de discursos tanto a favor quanto contra à ditadura. Assim, o ambiente republicano emulava o engajamento político de posições diversas em relação ao regime, presente na sociedade brasileira.

Após o golpe, foi fundada a União das Repúblicas Socialistas Ouro-pretanas (URSO), formada por estudantes das repúblicas Canaan, Castelo dos Nobres e Pureza. Durante a “Operação Limpeza”, que visava a perseguição de pessoas contrárias ao

regime, realizada logo após a deposição de João Goulart, diversas dessas instituições foram invadidas e tiveram apreendidos boletins e livros considerados de orientação comunista e alguns estudantes foram presos. A ação prendeu diversos estudantes da Escola Técnica de Ouro Preto e da Escola de Minas, considerados “agitadores” e “perturbadores” da ordem e da paz. O delegado responsável pelo caso, Sebastião Lucas, assegurou que a classe dos estudantes, especialmente da Engenharia, estava “infestada de elementos agitadores e comunistas”. Após a liberação dos estudantes, o Diretório Acadêmico (DA) da Escola de Minas decidiu por isolar os “voluntários da revolução” do círculo republicano. Apesar disso, no final da década de 1960 e início da de 1970, as mobilizações políticas republicanas contrárias à ditadura voltaram a estar em destaque, servindo como local para abrigar obras sobre o comunismo mundial, para o fortalecimento da rede de contatos e politização de calouros, além de servir como porta de entrada para movimentos da luta armada.

Além do movimento republicano, os movimentos secundaristas, do ginásio e cursos técnicos, desempenharam um papel importante na resistência e na formação de militantes, desde o golpe. O Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GTLA) foi um significativo espaço para o encontro de discussões entre os estudantes de esquerda, inclusive, fundando o seu próprio jornal A voz do GLTA, do qual participavam os diretores Antônio de Pádua Rodrigues, Hércio Pereira Fortes, Victor Vieira Godoy e Júlio C. Chaves.

ATO. 38.12.1P.35/86 1-30
1111 0 01 JLP

A VOZ DO G. L. T. A.

FUNDADO E DIRIGIDO POR SÓCIOS DO G. L. T. A.

ANO I

Ouro Preto, Janeiro de 1965

NÚMERO 3

NATAL EM OURO PRÊTO

ALCEU AMOROSO LIMA

Nunca passei em Ouro Preto qualquer das grandes festas litúrgicas, nem o Natal, nem a Páscoa, nem o Pentecostes. Em sua essência a localização dessas grandes datas cristãs não se altera, naturalmente. Uma missa realizada nas selvas do Amazonas ou do Araguaia, por um missionário, com as indígenas cercando o altar com sua infantil e humaníssima curiosidade e desordem, ou uma missa concelebrada na basílica do Vaticano, pelo Papa, cerca de Cardeais, tem exatamente o mesmo valor espiritual.

Assim o Natal em Ouro Preto ou em New-York. Mas em Ouro Preto... Sim, em Ouro Preto deve ter algumas coisas que não tem em New-York. As noites de Ouro Preto são diferentes de todas as outras noites. E o Natal é a noite. Como a Páscoa, — que é por assim dizer o fim do Natal, como este é

o início da Páscoa — é também a noite. Foi no mistério da noite, — enquanto as estrelas seguiam em silêncio luminoso, por detrás das nuvens ou por cima do veludo negro do céu impassível, a realização das profecias, que o Verbo se fez carne em Belém e a carne, com a Ressurreição se fez gloriosa e perene.

E é durante a noite que os mistérios do Natal e da Páscoa adquirem o seu sentido pleno. E as noites de Ouro Preto são diferentes de todas as outras noites. De modo que o Natal em Ouro Preto, embora seja o mesmo que o Natal em qualquer outro sítio do mundo, deve ser um Natal diferente. Um dia, Deus ha-de permitir que eu passe um Natal em Ouro Preto. E saberei então se o Natal de Ouro Preto tem o mesmo qualquer coisa que os outros Natais não têm...

RESERVA PARA A VOZ DO G. L. T. A.

Edição número 3 do jornal A voz do GLTA publicado em janeiro de 1965.

Fonte: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/ Arquivo Nacional.

Organizados, esses estudantes realizavam pichações, panfletagens e manifestações, especialmente durante as comemorações do dia 21 de abril no município.

Muitos desses estudantes, tanto universitários quanto secundaristas, se juntaram à Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), organização de luta armada de resistência à ditadura civil-militar. O grupo era formado por operários e estudantes, majoritariamente de Belo Horizonte e Ouro Preto, e fez parte da organização das greves de Contagem, em abril de 1968, além de ter realizado nove ações armadas entre 1968 e 1969. Em abril de 1969, vários militantes do grupo foram presos e aqueles que conseguiram fugir e sair de Minas Gerais integraram a Aliança Libertadora Nacional (ALN).

Apesar da UFOP ter sido criada em 1969 e ter incorporado a ela a Escola de Minas e Escola de Farmácia, essas duas instituições educacionais centenárias atuaram na resistência estudantil de formas diferentes. Enquanto a Escola de Farmácia atuava mais de forma a rechaçar o autoritarismo da Instituição, os estudantes da Escola de Minas majoritariamente operavam em concordância com movimentos nacionais de resistência, indo além do ambiente universitário. Assim, discentes foram perseguidos e sofreram processos administrativos, que por vezes levaram à sua expulsão da universidade.

Como retaliação, o alto engajamento dos estudantes no município ocasionava um grande nível de perseguições e prisões realizadas contra esse grupo. A própria diretoria das instituições orquestraram esquemas de denúncia e envio de comunicados constantes ao DOPS, para prejudicar estudantes contrários aos seus ideais alinhados ao regime. A fotografia que retrata o carro do DOPS no Largo do Cinema, no centro da cidade, evidencia o clima de constante vigilância e perseguição imposto no município.



Na Escola de Minas, após a promulgação do Ato Institucional n.º 1 (AI-1), foi estabelecida a Comissão de Inquérito, em consonância com o Artigo 8 do AI-1, que visava a “apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente”. Os professores Antônio Pinheiro Filho e Moacyr do Amaral Lisboa e o servidor Roque dos Santos Paiva eram membros. Antônio, presidente das investigações, posteriormente tornou-se diretor da Escola de Minas, em 1968, e o primeiro reitor da UFOP, em 1969.

A Comissão de Inquérito distribuiu circulares e questionários para docentes, discentes e “membros de destaque da sociedade ouro-pretana”, visando identificar os elementos comunistas. O trabalho exercido por esse grupo recebeu apoio de diversos setores da sociedade ouro-pretana, que enviavam denúncias de estudantes que estariam realizando práticas “subversivas”. A conclusão da operação estabelecida afirmou a presença de estudantes adeptos da “doutrina vermelha”, mas que outros eram ferrenhos defensores da pátria. Assim, não houve condenação plena ou absolvição dos denunciados, a fim de

Carro do DOPS parado no Largo do Cinema, no Centro de Ouro Preto. Fonte: Estado de Minas/Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

preservar a imagem da instituição. No mesmo período, outros estudantes foram alvos de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e foram presos.

De todo modo, o alinhamento da Escola de Minas ao regime era exemplificado pelos eventos oficiais que continuavam a acontecer nas dependências do Palácio dos Governadores, prédio onde aconteciam as aulas da Escola. A imagem exhibe a cerimônia dedicada ao governador do estado de Minas Gerais, Israel Pinheiro, já filiado ao partido de apoio ao regime autoritário, o Arena.



Homenagem ao governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, em 1966, na Escola de Minas. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Para além dos estudantes, trabalhadores também foram alvos de perseguição, sendo investigados, principalmente para averiguar envolvimento com atividades sindicais e de movimentos políticos contrários ao regime. Em Ouro Preto, 15 IPMs foram estabelecidos contra trabalhadores. Eurico Leão de Miranda e João Bosco Ribeiro, moradores do distrito de Cachoeira do Campo, ligados ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Mármore, Calcários e Pedreiras, foram alvos dos inquéritos, presos sob alegação de simpatizarem com o comunismo. Ambos foram liberados com condição de não saírem de suas residências sem autorização prévia.

No dia 27 de abril de 1964, o delegado Sebastião Lucas fez uma lista da “Relação nominal dos elementos residentes no município de Ouro Preto, que foram presos e enviados ao Departamento de Vigilância Social, em Belo Horizonte, como comunistas, agitadores e adeptos do partido vermelho”, que incluía 24 presos e 18 foragidos, inclusive com participantes dos movimentos sindicais e trabalhadores presos após o golpe.

CAPÍTULO VI

HÉLCIO FORTES

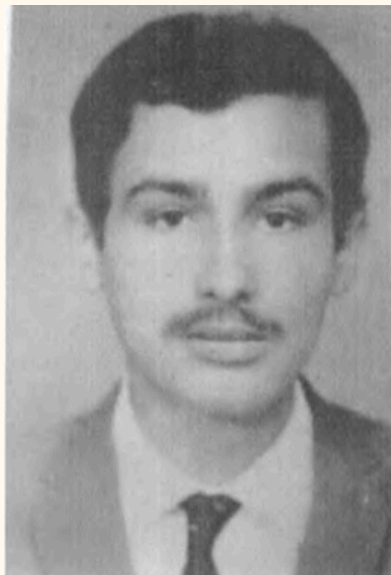


Foto de Hélcio Pereira Fortes. Fonte: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/ Arquivo Nacional.

Hélcio Pereira Fortes nasceu em 24 de janeiro de 1948, em Ouro Preto. Filho de Alice Pereira Fortes e José Ovídio Fortes, era amante do cinema, fundando o Cine Clube de Ouro Preto, e um ávido leitor, apreciador de obras de Machado de Assis, Máximo Gorki, Jorge Amado, Friedrich Engels e Karl Marx. Concluiu aos 13 anos de idade, o ginásio no Colégio Arquidiocesano de Ouro Preto e ingressou na Escola Técnica Federal, onde aprofundou seu interesse político e passou a fazer parte da União Colegial Ouropretense. Ele também participou do Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GLTA) e foi redator no jornal do grêmio e no Jornal de Ouro Preto, ainda na adolescência.



Comemoração do cinquentenário do Colégio Arquidiocesano, em setembro de 1984, local onde Hércio concluiu o ginásio. Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Aos 15 anos, em 1963, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, nos anos seguintes, participou dos congressos da União Nacional dos Estudantes Técnicos e Industriais (UNETI) no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Após o golpe militar, foi um das principais figuras para reestruturar e manter a atuação do PCB no município, que havia perdido o contato com a direção estadual. Durante o processo de reorganização tornou-se a principal liderança local do partido, tecendo conexões não só ao movimento estudantil, mas também aos trabalhadores, especialmente, aqueles que atuavam na Alcan, em Saramenha.

Hércio permaneceu no PCB até 1967, quando se juntou ao CORRENTE, junto com outros membros do movimento estudantil e dissidentes do PCB. Em 1968, participou ativamente das greves de Contagem e passou a ser um dos dirigentes da organização, participando da primeira ação de luta armada realizada. Por causa da proeminência da sua figura como militante profissional, passou a viver na clandestinidade, primeiramente em Belo Horizonte, depois em

Contagem.

Em abril de 1969, foi ferido em um confronto com policiais militares, aos quais resistiu e conseguiu escapar. Após esse episódio, com dirigentes do CORRENTE presos e outros foragidos, o movimento foi desarticulado. Assim, Hécio mudou-se para o Rio de Janeiro e filiou-se à Ação Libertadora Nacional (ALN). Após os assassinatos de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, ele tornou-se um dos comandantes da ALN, atuando na Coordenação Nacional, em 1970, e, na sequência, assumindo a organização regional do movimento no Rio de Janeiro. Assim, converteu-se em um dos militantes mais procurados do país. Hécio realizou seu último contato com a família, em 1971, por meio de uma mensagem de Natal.

Ele foi preso no dia 22 de janeiro de 1972, levado para o interrogatório e para sessões de tortura no DOI-CODI/RJ e, em seguida, encaminhado ao DOI-CODI/SP, onde as torturas continuaram durante vários dias. Hécio foi assassinado pela repressão entre os dias 28 e 31 de janeiro, aos 24 anos de idade, no DOI-CODI do II Exército, em São Paulo.

A versão oficial divulgada pelo Estado para a imprensa afirmava que Hécio havia sido morto durante uma tentativa de resistir à prisão e tiroteios na Avenida Bandeira, em São Paulo, vindo da rodoviária do estado. Em sua certidão de óbito a causa da morte é registrada como “anemia aguda traumática”. Entretanto, os laudos do Instituto Médico Legal (IML), apesar de apresentarem resultados concordantes, foram assinados por médicos diferentes e em um deles não constava com a assinatura do segundo médico legista, além de que os possíveis projéteis de bala não foram removidos e avaliados para inquérito. A foto de Hécio no exame de corpo de delito também foi feita, com ele vestido com um terno, auxiliando a esconder, possivelmente, os ferimentos causados pelas sessões de tortura.



*Imagem do exame do corpo de delito de
Hélcio Fortes no Instituto Médico Legal
(IML). Fonte: Comissão Especial sobre
Mortos e Desaparecidos Políticos/ Arquivo
Nacional.*

ATO. 38.12.8.9/86

187

Talão N. _____

Malcyria de C. Guimarães
escreveu em 12/12/72

03 OUT 1995

Conferiu com o original que me foi
apresentado. Dou fé.

BRASIL
REGISTRO CIVIL

Reg. Crs. 615
Taxa Crs. 0,12
Total Crs. 0,12
Taxa recolhida
p/guia n. 2709
em 9/12/1972

Estado de São Paulo
Comarca de São Paulo
Município de São Paulo
Distrito de Indianópolis

ÓBITO N. _____

Iracema Boquetti Merola

Oficial interino Registro Civil

CERTIFICO que à fls 168v2, do livro n. 28 — de registro
de ÓBITOS, foi 24117 — hoje o assento de HELICIO PEREIRA FORTES
falecido a 28 de janeiro de 1972
às 10 horas, em este subdistrito

do sexo masculino, de cor branca, profissão estudante
natural de Curo Preto, Estado de Minas Gerais
residente e domiciliado nesta Capital
com 23 anos de idade, estado civil solteiro
filho o de José Ovidio Fortes
profissão _____ natural de _____
residente _____
e de Dona Alice Pereira Fortes
de profissão _____, natural de _____
residente _____
Foi declarante Miguel Fernandes Zaminello
sendo o atestado de óbito firmado por Isaac Abramovitch (legista)
que deu como causa da morte anemia aguda-trauma-
tica e o sepultamento será feito no cemitério de
Perus -Capital

Observações: O declarante ignora se o falecido deixou bens,
se era eleitor e sua situação militar.

O referido é verdade e dou fé.
Indianópolis 8 de fevereiro de 1972

SELOS DE APOSENTADORIA
RECOLHIDOS POR VERBA

E. G. BIGNARDI S. A.
Med. 65 — S. Paulo

O OFICIAL
Iracema Boquetti Merola
TABELionato de Indianópolis

Certidão de óbito de Hécio emitida pelo estado de São Paulo. Fonte: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/ Arquivo Nacional.

O DOI-CODI/SP e o IML solicitaram o enterro imediato, impedindo que a família de Hércio identificasse o cadáver, que foi enterrado clandestinamente no cemitério Dom Bosco, em Perus, no estado de São Paulo.

Em 1975, a família de Hércio conseguiu trasladar seus restos mortais para sua cidade natal, onde foi enterrado na Igreja São José, na Sede de Ouro Preto. Seu caso foi deferido por unanimidade em 1996 pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), registrado sobre o número 70/96, que apontou a necessidade de reconstituir a verdade sobre sua prisão e morte, da identificação dos responsáveis pelo assassinato e para a retificação do laudo do exame de delito.

Em dezembro de 2014, três militares que atuaram no DOI-CODI/SP foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) pelo assassinato de Hércio. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o delegado Dirceu Gravina e o servidor aposentado Aparecido Laertes Calandra foram acusados de homicídio doloso qualificado.

Além das duas ruas batizadas com seu nome, Hércio recebeu, in memoriam, a Medalha da Inconfidência, em 2015, durante o governo de Fernando Pimentel (PT), também um ex-perseguido político. Em 11 de novembro de 2025, Hércio foi agraciado com seu diploma *post mortem* do curso Técnico em Mineração, pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), campus Ouro Preto.

CAPÍTULO VII

ANTÔNIO LANA

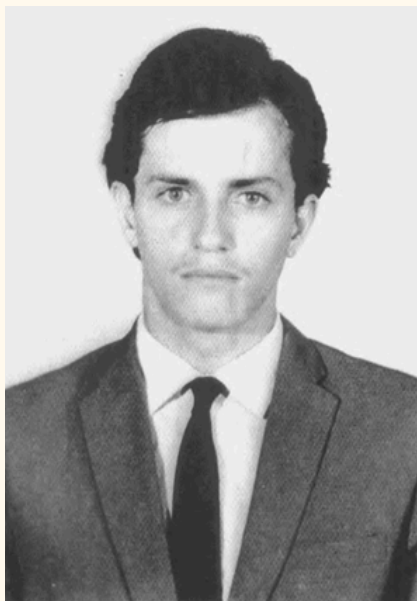


Foto de Antônio Carlos Bicalho Lana. Fonte: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/ Arquivo Nacional.

Antônio Carlos Bicalho Lana nasceu no dia 02 de março de 1949, em Ouro Preto. Filho de Adalgisa Gomes de Lana e Adolfo Bicalho Lana, era um dos 13 filhos do casal. Ele cursou o primário no Grupo Escolar D. Pedro II e o ginásio na escola municipal Marília de Dirceu, que não concluiu devido à atuação como ativista e militante.

Já na década de 1960 se juntou a um grupo de militantes formado por estudantes secundaristas, universitários e operários. Filiou-se ao PCB e posteriormente ao CORRENTE, atuando também nas greves de Contagem, em 1968. Devido a dificuldades financeiras, mudou-se para Belo Horizonte em busca de ajuda, que recebeu do militante José Pauli Resende, que havia atuado ao seu lado em Ouro

e, à época, exercia a função de professor de Matemática na Universidade Federal de Brasília. Lá participou das ações armadas do CORRENTE na capital mineira. Durante o período que esteve na organização foi enviado para Cuba, onde recebeu treinamento guerrilheiro por aproximadamente dois anos. Após o desmantelamento do grupo, assim como Hécio, se filiou à ALN.

Em 1970, foi deslocado para o Ceará e depois, em 1971, tornou-se dirigente da ALN. Nesse período, já vivia na clandestinidade, mas ainda mantinha contato com sua família. Em um dos trechos de uma das suas cartas enviadas, escreveu: “Estou bem e ainda vivo. Abraços a todos e um especial na Mariangélica [sua irmã caçula]. Do seu filho saudoso, Antônio Carlos. ‘Ou ficar a Pátria ou morrer pelo Brasil’ (ALN)”.

Em 1972, foi o único sobrevivente de uma emboscada realizada pelo DOI-CODI/SP, no restaurante Varella, no bairro da Mooca, em São Paulo, que matou três de seus companheiros de guerrilha. Em novembro de 1973 foi preso, junto a sua companheira Sônia Maria de Moraes Angel Jones, durante uma viagem a São Paulo, no Posto Rodoviário da avenida Senador Pinheiro Machado, em São Vicente. Antônio foi abordado no guichê da agência da empresa de transporte pelos policiais e, apesar de ter lutado, foi imobilizado violentamente. Sônia também foi presa. Ambos foram levados, em veículos diferentes, para um centro clandestino em uma fazenda, onde sofreram inúmeras torturas e foram mortos a tiros. Seu corpo, assim como de sua companheira e de outros militantes, foram levados para serem exibidos como “troféu” aos agentes do DOI-CODI/SP.

Enquanto isso, o DOI-CODI/SP do II Exército divulgou que o casal teria morrido em um combate, em meio a um tiroteio em Santo Amaro. Em sua certidão de óbito, a causa de morte é posta como “hemorragia interna por ferimento de projétil de arma de fogo”. Ele foi enterrado na Vala Comum do Cemitério de Perus.

CARTÓRIO DO JARDIM AMÉRICA

814, Rodovia - São Paulo - Fone: 833-3085
CEP 05405 - RUA TEODORO SAMPAIO, 1121
SIL. ANTONIO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ

Registro por assinatura e firma
de Antônio Carlos de Lana

S. Paulo, 08 AGO 1991
Em 1991

INVENÇÃO LUIZ FERREIRA
Assistente Administrativo
BRASIL, PAULO TOS AMBROSIO
VALOR RECEBIDO POR FOLHA: R\$ 100,00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

20.º SUBDISTRITO JARDIM AMÉRICA - CAPITAL

CEP 05405 - RUA TEODORO SAMPAIO, 1121 - SÃO PAULO

TELEFONE: 853-3085

Bel. Antonio Augusto Rodrigues Cruz
Oficial Interventor

Certidão de Óbito

Livro - C 182 Folha 830s Número 204.376

CERTIFICO que, no livro competente de ÓBITOS deste cartório foi lavrado o assento de **ANTONIO CARLOS BICALHO LANA** -

falecido o no dia, trinta de novembro de mil novecentos e setenta e tres, - (30-11-1973), a av. Penedo, altura do n. 836 - Santo Amaro

do sexo masculino, de cor branca, profissão -----

natural de Outeiro Preto - Minas Gerais

residente -----

com 24 anos de idade, estado civil solteiro

filho de Adolfo Bicalho Lana e Adalgisa Gomes de Lana. Ignorada as demais declarações.

Atestado de óbito pelo(n) Dr.(a) **Harry Shibata (legista)**

que deu como causa da morte **hemorragia interna por ferimento de projétil de arma de fogo**.

Sepultado no Cemitério de Perus

Foi declarante **Jair Romeu**

Observações: assento lavrado em 05 de dezembro de 1973

Eu **Edna Marlano da Silva**, datilógrafa.

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, (Jardim América), 07 de agosto de 1991.

CUSTAS/EMOLUMENTOS	
CERTIDÃO	R\$ 120,00
Do CN-14	R\$ 120,00
A.C.	R\$ 120,00
Total	R\$ 360,00
Pagto. em 18/08/91	
Recibo	

CARTÓRIO DO JARDIM AMÉRICA
CERTIDÃO CIVIL DO 20.º SUBDISTRITO JARDIM AMÉRICA - SP
814-B - RUA TEODORO SAMPAIO, 1121 - FONE: 853-3085
ANTONIO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ
Oficial Interventor

Em 1990, a comissão de familiares investigou os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP) e encontrou fotos do corpo de Antônio, que evidenciaram as práticas de tortura, não investigadas na sua autópsia. Essas fotos foram de suma importância para sua identificação, feita pelo Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1991.



Imagem do corpo de Antônio Lana encontrada no arquivo do DOPS/SP. Fonte: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/ Arquivo Nacional.

Também em 1991, seus restos mortais foram levados para Ouro Preto e enterrados no cemitério da Igreja Nossa Senhora das Mercês de Cima, sob o som do hino nacional e gritos de “viva a liberdade”. Na imagem veiculada no jornal Estado de Minas, em 13 de agosto de 1991, é possível ver o caixão de Antônio, envolto pela bandeira do Brasil, sendo carregado. Ao fundo, alguém levanta um cartaz escrito “Ditadura nunca mais”.



Sepultamento dos restos mortais de Antônio, em 1991, na Igreja de Nossa Senhora da Mercês de Cima. Fonte: Estado de Minas/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/ Arquivo Nacional.

EPÍLOGO

Ainda que o processo de redemocratização tenha sido formalmente concluído há 40 anos, as marcas da ditadura civil-militar permanecem visíveis no cenário político e social do país. A prerrogativa instaurada, em especial desde 1985, o último ano de regime, sustentava um discurso de mirar o futuro, entendendo o período como uma série de exceções perpetradas por ambas as partes, perdoadas de modo equivalente pela Lei da Anistia, em 1979, e, logo, superada, como um passado que passou. Abriu-se, nesse âmbito, silêncios, oclusões e apagamentos, sem chance para investigações e criminalizações em relação aos crimes praticados.

Por isso, poucas foram as tratativas, principalmente por parte do Estado (responsável pelas violências perpetradas), para refletir e endereçar memórias justas. No que diz respeito às vítimas, foram escassos os esforços para perpetuar uma lembrança das lutas que travaram e dos horrores a que foram submetidas. Assim, elas ficaram às margens do processo de reparação, suscetíveis a esparsas empreitadas estatais e dependentes de iniciativas da sociedade civil para a persistência de suas memórias. Somente no final da década de 1990 e no início dos anos 2000, ocorreram iniciativas mnemônicas mais amplas, ainda que pontuais, do Estado brasileiro. Entre essas, destacam-se: em 2007, o lançamento do livro-relatório “Direito à memória e à verdade”, que condensava os onze anos de atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), e, em 2014, a publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), fruto de investigações promovidas em dois anos. Apesar disso, a rememoração do período ditatorial ainda se configura de maneira fragmentada e essas produções revelam-se insuficientes para dimensionar e consolidar a memória da ditadura no imaginário coletivo do país.

Devido a essa falta de políticas de memória, os nomes de criminosos reconhecidos ainda são eleitos para batizar diversas ruas e locais públicos.

Em 2017, a Agência Pública constatou que havia 2.896 km de vias públicas com nomes de agentes da ditadura, enquanto somente 164 km carregam o nome das vítimas do regime. Em 2024, um levantamento feito pelo Broadcast Político junto aos Correios evidenciou que o cenário ainda é problemático: 918 localidades ainda homenageiam algum dos cinco presidentes-ditadores, incluindo um município no estado de Roraima batizado, apenas nove anos após a redemocratização, em 1994, como Presidente Médici.

Em Minas Gerais, um dos principais símbolos da cidade, o estádio do Mineirão, homenageia o Governador Magalhães Pinto, um dos articuladores do golpe de 1964. Na capital, até 2021, somente 200 logradouros prestavam homenagem às vítimas da ditadura, estando a maioria localizada em regiões mais distantes da área central.

Ouro Preto insere-se nessa mesma lógica dicotômica, da escassez de iniciativas memorialísticas e da exaltação de seu passado violento, marcado tanto pelo colonialismo, quanto pela ditadura. A cidade homenageia em suas ruas e prédios relevantes figuras coloniais, como o Conde de Bobadela, que batiza o logradouro mais famoso da cidade, também conhecido como Rua Direita; além de prestar homenagem a personalidades importantes do regime ditatorial, como o presidente-ditador Castelo Branco, que nomeia ruas no bairro Jardim Alvorada, Cabeças e Nossa Senhora de Lourdes, e um proeminente colaborador da ditadura civil-militar no município, Vicente Ellena Tropa, que dá nome ao largo onde se situa a Escola de Farmácia da UFOP.

Em meio a isso, as mobilizações em torno da memória realizadas no município permanecem à deriva devido às quase inexistentes iniciativas efetivas de elaborar essas memórias e torná-las visíveis. Apesar das recomendações do GT UFOP para retirada de homenagens de notáveis perpetradores do regime, especialmente a realizada para Vicente Ellena Tropa, e da promulgação da Lei nº 1.278/2022 na Câmara Municipal de Ouro Preto, que proíbe posteriores homenagens a escravocratas e perpetradores da ditadura, nenhum esforço foi realizado para a correção das homenagens previamente existentes.

O mesmo panorama que possibilitou essa fragilização da elaboração do passado repressivo e da construção memorialística igualmente potencializou a falta de enfrentamento da violência estatal enquanto estrutura coercitiva. Assim, embora quatro décadas que já se sucederam, a brutalidade institucional segue sendo celebrada nacionalmente e vivenciada, sobretudo por corpos marginalizados. Em 2024, de acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), as polícias Civil e Militar mataram 6.243 pessoas, em sua maioria pessoas negras. É notável a lembrança, por exemplo, de Igor Arcanjo Mendes, jovem negro que, em 2017, a caminho de um show de rap em Ouro Preto, foi assassinado por Ícaro José de Souza, policial militar que, em abordagem violenta, o baleou na cabeça - crime pelo qual foi condenado em 2024.

O esquecimento ao qual as memórias da ditadura foram conduzidas evidencia a perpetuação de uma política de desmemória. Assim, a não elaboração das memórias da ditadura civil-militar, seja no âmbito nacional, estadual ou municipal, corrobora não só para a falta da construção da memória coletiva acerca do período e, com isso, a ausência da rememoração das vítimas, mas também para a perpetuação da cultura de violência, quer nas homenagens promovidas, quer nas práticas repressivas conduzidas pelo Estado.

REFÊRENCIAS

CAPÍTULO 1 - ESTRUTURA SOCIAL E POLÍTICA DE OURO PRETO NA DÉCADA DE 60

ALCAN. **A Fábrica em Ouro Preto.** Ouro Preto, [entre 1987 e 1989]. 1 f. Documento institucional. Localizado no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto.

AZEVEDO, Desirée. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). In: **MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO.** São Paulo, [20-]. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/lugares/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade-tfp/>. Acesso em: 11 dez. 2025.

DIÁRIO DE OURO PRETO. **Ouro Preto tem 64.522 eleitores aptos a votar em 6 de Outubro. Diário de Ouro Preto,** 2 ago. 2024. Disponível em: <https://www.diariodeouropreto.com.br/ouro-preto-tem-64-522-eleitores-aptos-a-votar-em-6-de-outubro/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

GRUPO DE TRABALHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Relatório Final do GT da UFOP.** Ouro Preto, MG: GT da UFOP, 2017. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gt_ufop_1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

G1 Minas Gerais. População de Ouro Preto (MG) é de 74.824 pessoas, aponta o Censo do IBGE. **G1,** 28 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/06/28/populacao-de-ouro-preto-mg-e-de-74-824-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 9 fev. 2026.

SILVEIRA, Marco Antonio et al. (Org.). **Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região.** 1. ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018. 344 p. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/fc63fc5d-4898-4256-8694-7e4d250d8770/content>. Acesso em: 7 dez. 2025.

SOBREIRA, Frederico Garcia; FONSECA, Marco Antônio. Impactos físicos e sociais de antigas atividades de mineração em Ouro Preto, Brasil. **Geotecnia,** Lisboa, n. 92, p. 5-28, 2001. DOI: 10.14195/2184-8394_92_1. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/geotecnia/article/view/11241/8243>. Acesso em: 11 dez. 2025.

VELLOSO, Antônia. Confira quem são os vereadores eleitos para a Câmara de Ouro Preto. **Rádio Itatiaia,** 07 out. 2024. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/ouropreto/2024/10/07/confira-quem-sao-os-vereadores-eleitos-para-a-c>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CAPÍTULO 2 - TIRADENTES SOB TUTELA E A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE OFICIAL NO 21 DE ABRIL

ARQUIVO NACIONAL. Tiradentes, 21 de abril e o imaginário político. **Arquivo Nacional**, Brasília, 06 de abr. 2023. Disponível em: <https://querepublicaeessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/temas/78-secoes-anteriores/66-filme/444-tiradentes-21-de-abril-e-o-imaginario-politico>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Memória Política de Minas: Rondon Pacheco. Belo Horizonte, MG: **Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**, 2003. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/servicos/biblioteca/livraria-do-legislativo/obra/Colecao-Memoria-Politica-Rondon-Pacheco/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE EM MINAS GERAIS. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade em Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: COVEMG, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/comisso-da-verdade-em-minas-gerais_relatorio-final.2017-compressed.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO. Feriado de Tiradentes: o martírio do republicano mineiro. CREA-RJ, Rio de Janeiro, 21 de abr. 2024. Disponível em: <https://www.crea-rj.org.br/feriado-de-tiradentes-o-martirio-do-republicano-mineiro/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

GRUPO DE TRABALHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Relatório Final do GT da UFOP. Ouro Preto, MG: GT da UFOP, 2017. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gt_ufop_1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Construção de Brasília: os tocadores de obras. São Paulo: Instituto Lula; Fundação Perseu Abramo, [2015-2017]. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasil-4>. Acesso em: 19 dez. 2024.

SALLES, José Bento Teixeira de. Oswaldo Pieruccetti: vocação para servir. Araguari, MG: Instituto Oswaldo Pieruccetti, 2011. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4766>. Acesso em: 24 ago. 2025.

WESTIN, Ricardo. Em busca de apoio popular, República fez de Tiradentes herói nacional. Agência Senado, Brasília, 01 de abr. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/em-busca-de-apoio-popular-republica-fez-de-tiradentes-heroi-nacional>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CAPÍTULO 3 - EFERVESCÊNCIA CULTURAL EM MEIO À REPRESSÃO

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto celebra 100 anos da visita histórica dos modernistas. Portal Gov.br/IPHAN, Brasília, [2024]. Disponível em: <http://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/ouro-preto-celebra-100-anos-da-visita-historica-dos-modernistas>. Acesso em: 11 dez. 2025.

FERREIRA, Erick Alan Moreira; TEIXEIRA-DA-SILVA, Rafael H. Turismo e patrimônio no município de Ouro Preto/MG: desigualdades territoriais e contradições socioespaciais circundantes aos valores histórico-culturais. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 2023. DOI: 10.18472/cvt.23n1.2023.2065. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1154/115474813004/115474813004.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

GRUPO DE TRABALHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Relatório Final do GT da UFOP. Ouro Preto, MG: GT da UFOP, 2017. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gt_ufop_1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

KAMINSKI, Leon Frederico. O "Festival do Inferno": desbunde e repressão em Ouro Preto na década de 1970. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6., 2012, Teresina. Anais [do] VI Simpósio Nacional de História Cultural: Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Teresina: UFPI, 2012. p. 1-14. Disponível em: <https://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Leon%20Frederico%20Kaminski.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2025.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. Sobre o museu. Ouro Preto: Ibram, [20--]. Disponível em: <https://museudainconfidencia.museus.gov.br/sobre-o-museu/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

SANTOS, Marcelo. Ditadura Militar no Brasil e o campo cultural: os espaços de consagração. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 1-14. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/37/1424132051_ARQUIVO_Marcelo_Santos.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

SOUZA, Valmir de. Memória poética do espaço: Ouro Preto por Murilo Mendes. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 163-175, jun. 2009. DOI: 10.1590/S0103-21862009000100009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/tyMYS3MTJ9ZK7pGPdp8gwYC/?lang=pt>. Acesso em: 11 dez. 2025.

CAPÍTULO 4 - LIVING THEATRE E O “TEATRO MORTO ATRÁS DAS GRADES”

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II: Textos Temáticos. Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 7 dez. 2025.

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: COVEMG, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/comisso-da-verdade-em-minas-gerais_relatrio-final_2017-compressed.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

KAMINSKI, Leon. Prisão, arte e vida: o Living Theatre no Brasil. ArtCultura Uberlândia, Uberlândia, v. 25, n. 47, p. 106-126, jul.-dez. 2023. Disponível em: <https://www.linguee.es/espanol-ingles/traduccion/documento+completo.html>. Acesso em: 7 dez. 2025.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Institucional. Memorial da Resistência. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/institucional/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ZUBA, Fernando; MILAGRES, Leonardo. MPF abre procedimento para acompanhar criação de memorial na antiga sede do Dops em BH. G1 Minas Gerais, Belo Horizonte, 4 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/04/04/mpf-procedimento-acompanhar-criacao-de-memorial-antiga-sede-dops-bh.ghtml>. Acesso em: 7 dez. 2025.

CAPÍTULO 5 - RESISTÊNCIA E VIGILÂNCIA ENTRE ESTUDANTES E TRABALHADORES NA CIDADE DA MEMÓRIA

BRASIL. Ato Institucional [nº 1], de 9 de abril de 1964. Mantém a Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Assembleias Legislativas, com as alterações nela introduzidas. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 19 dez. 2024.

COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: COVEMG, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/comisso-da-verdade-em-minas-gerais_relatrio-final_2017-compressed.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

GRUPO DE TRABALHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Relatório Final do GT da UFOP. Ouro Preto, MG: GT da UFOP, 2017. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gt_ufop_1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Construção de Brasília: os tocadores de obras. São Paulo: Instituto Lula; Fundação Perseu Abramo, [2015-2017]. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/4>. Acesso em: 19 dez. 2024.

SILVEIRA, Marco Antonio et al. (Org.). Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região. 1. ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018. 344 p. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/fc63fc5d-4898-4256-8694-7e4d250d8770/content>. Acesso em: 7 dez. 2025.

VITRAL, Thiago Veloso. Corrente revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969). 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/6775e239-1fde-4ddb-b746-df39803c6527>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CAPÍTULO 6 - HÉLCIO FORTES

BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Dossiê: Hécio Pereira Fortes [S. l.: s. n.], [s. d.]. 1 arquivo PDF (15,89 MB). Fundo: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Notação: BR DFANBSB AT0.0.0.299. Arquivo Nacional, Brasília, DF. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_at0/0/0/0299/br_dfanbsb_at0_0_0_0299_d0001de0001.pdf. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: volume III: mortos e desaparecidos políticos. Brasília, DF: CNV, 2014. 1924 p. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Ministério Público Federal. Denúncia: caso Hécio Pereira Fortes. São Paulo: MPF, 2014. Disponível em: https://justicadetransicao.mpf.mp.br/documentos-1/ACRIM_11_Helcio_Pereira_Fortes.pdf. Acesso em: 19 dez. 2025.

GRUPO DE TRABALHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Relatório Final do GT da UFOP. Ouro Preto, MG: GT da UFOP, 2017. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gt_ufop_1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. Conselho Superior. Resolução nº 43, de 5 de novembro de 2025. Dispõe sobre a concessão do diploma post mortem ao estudante Hécio Pereira Fortes, do curso Técnico em Mineração. Belo Horizonte: IFMG, 2025. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/porta1/sobre-o-ifmg/conselho-superior/resolucoes/2025/sei_2512936_resolucao_do_conselho_superior_43.pdf. Acesso em: 19 dez. 2025.

VEJA lista dos agraciados com a MEDALHA DA INCONFIDÊNCIA na gestão do Governador Fernando Pimentel (PT). DiviNews, 22 abr. 2015. Disponível em: <https://divinews.com/2015/04/22/veja-lista-dos-agraciados-com-a-medalha-da-inconfidencia-na-gestao-do-governador-fernando-pimentel-pt/>. Acesso em: 19 dez. 2025.

VITRAL, Thiago Veloso. Corrente revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969). 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/6775e239-1fde-4ddb-b746-df39803c6527>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CAPÍTULO 7 - ANTÔNIO LANA

BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Dossiê: Antônio Carlos Bicalho Lana. [S. l.: s. n.], [s. d.]. 1 arquivo PDF. Fundo: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Notação: BR DFANBSB AT0.0.0.89. Arquivo Nacional, Brasília, DF. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_at0/0/0/0089/br_dfanbsb_at0_0_0_0089_d0001de0001.pdf. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: volume III: mortos e desaparecidos políticos. Brasília, DF: CNV, 2014. 1924 p. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 19 dez. 2025.

GRUPO DE TRABALHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Relatório Final do GT da UFOP**. Ouro Preto, MG: GT da UFOP, 2017. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gt_ufop_1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Antônio Carlos Bicalho Lana. São Paulo: ALESP, [2012-2015]. Disponível em: <https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/antonio-carlos-bicalho-lana>. Acesso em: 19 dez. 2025.

VITRAL, Thiago Veloso. Corrente revolucionária de Minas Gerais: resistência ativa à ditadura civil militar em Minas Gerais (1967-1969). 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/6775e239-1fde-4ddb-b746-df39803c6527>. Acesso em: 19 dez. 2024.

EPÍLOGO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS – ALMG. Projeto pode mudar nome do Mineirão e outros locais públicos. Belo Horizonte, 29 abr. 2013. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2013/04/29_comissao_dir_humanos_nomes_ruas_torturadores_militares.html. Acesso em: 13 fev. 2026.

TRUOCCHIO, Bruna. Mandado de prisão é expedido contra policial após 8 anos no caso Igor Mendes. Rádio Itatiaia, Ouro Preto, 18 set. 2025. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/ouropreto/mandado-de-prisao-e-expedido-contra-policial-apos-8-anos-no-caso-igor-mendes>. Acesso em: 23 fev. 2026.

ESTADÃO CONTEÚDO. Brasil tem 918 locais com nomes de presidentes da ditadura 60 anos depois do golpe. UOL Notícias, São Paulo, 31 mar. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/03/31/brasil-tem-918-locais-com-nomes-de-presidentes-da-ditadura-60-anos-depois-do-golpe.htm>. Acesso em: 13 fev. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 19, 2025. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/09/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2026.

GRUPO DE TRABALHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Relatório Final do GT da UFOP. Ouro Preto, MG: GT da UFOP, 2017. Disponível em: https://www.ufop.br/sites/default/files/relatorio_gt_ufop_1.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

LISSOVSKY, Maurício; AGUIAR; Ana Lígia Leite e. Monumentos à Deriva: imagens e memória da ditadura no cinquentenário do golpe militar de 1964. In: ARAUJO, Denize Correa. MORETIN; Eduardo Victorio; REIA-BAPTISTA, Vitor (org). Ditaduras revisitadas: cartografias, memórias e representações audiovisuais. Faro, CIAC/Universidade do Algarve, 2016. p. 350-382. Disponível em: https://www.academia.edu/31816595/Ditaduras_revisitadas_cartografias_mem%C3%B3rias_e_representa%C3%A7%C3%B5es_audiovisuais . Acesso em: 30 jun. 2023.

MENEGAT, Rodrigo. Nas ruas do Brasil, a ditadura ainda vive. Agência Pública, São Paulo, 4 out. 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/10/nas-ruas-do-brasil-a-ditadura-ainda-vive/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 7-25, 2010. Disponível em: <https://sur.conectas.org/entre-reparacoes-meias-verdades-e-impunidade>. Acesso em: 30 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Buscar CEP. Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/buscar-cep> . Acesso em: 20 fev. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Lei nº 1.278, de 16 de maio de 2022. Dispõe sobre a proibição de homenagens a escravocratas e ao Golpe Militar de 1964 e ao período de Ditadura subsequente no âmbito da administração direta e indireta do Município de Ouro Preto. Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 23 maio 2022. Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/transparencia/index.php?tipo=&q=1.278&ano=2022&page=pesquisa-diario> . Acesso em: 20 fev. 2026.

ROCHA, Jaíza Pollyanna Dias da Cruz. Entre ruas e avenidas: memória e representações sociais do período militar (1964-1985) em Belo Horizonte/MG. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/409fc240-3abc-41dc-989e-cc55656423a7/content>. Acesso em: 13 fev. 2026.



*Produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da
Universidade Federal de Ouro Preto*

Produção:

Sarah Elisa Carvalho Moreira

Orientação:

Ana Carolina Lima Santos

*As fotografias e documentos contidos neste trabalho foram
retiradas do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, do
acervo digital do Arquivo Público Mineiro e do material
digitalizado da Comissão Especial sobre Mortos e
Desaparecidos Políticos, localizado no Arquivo Nacional.*



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto